

Cidade olímpica em questão: memória, mudança e identidade em Curicica¹

Vítor Gonçalves Pimenta²

Resumo: O artigo tem como objetivo investigar as transformações socioespaciais da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM) no bairro Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, resultantes tanto dos preparativos para os Jogos Olímpicos em 2016 quanto das obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentro de um contexto mais amplo de grandes intervenções urbanas, como a construção de vias com corredores de ônibus expresso TransOlímpica, TransCarioca, TransOeste, e a implantação pelo poder público das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas comunidades anteriormente dominadas por poderes paralelos, com o objetivo de efetivar a chamada “Cidade Maravilhosa” como cidade “olímpica” e competitiva no cenário mundial. Para tal investigação, busco compreender algumas questões que estão em jogo na implementação dessas políticas públicas, partindo da concepção dos moradores que percebem as transformações urbanas e sociais com outro olhar.

Palavras-chave: Curicica; memória; mudança; identidade; transformações urbanas.

¹ Este trabalho se configura como uma análise das questões surgidas no âmbito do meu projeto de dissertação de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e ao Laboratório de Etnografia e Estudos em Comunicação, Cultura e Cognição (LEECCC) da Universidade Federal Fluminense. Financiado pela Capes e, desde março de 2014, pela FAPERJ, instituições às quais deixo aqui o meu agradecimento. Esta construção foi inspirada a partir das questões que surgiram com o projeto: “Uma proposta de Habitat Saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica - Curicical”, sob coordenação geral de Simone Cynamon Cohen, coordenação executiva e de pesquisa urbanística de Carmen Beatriz Silveira e coordenação de pesquisa social de Gisélia Franco Potengy. A equipe foi formada pelos cientistas sociais (sociólogos e antropólogos): Anderson Paulino; André Luiz Pontes Brito; Eliene Cunha; Monica Dias; Thiago Zanotti Carminati; Vitor Gonçalves Pimenta; pelos arquitetos e urbanistas: Ana Beatriz Melo da Silva; Carolina de Hollanda; Dominique Nóbrega Zebedeu; Juliana Barrozo Pinto Fernandes; Luana Garcia Costa; Rafael M. Motta; Tanusa Oliveira Bandeira; Vânia Cristina Menezes e pela jornalista Bárbara Pellegrini. E pelos estudantes de arquitetura e urbanismo: Letícia Santos Pinto Pimenta; Vitor Damasceno. O projeto foi um dos seis classificados no Edital Cidades Saudáveis 1/2007: “Cidades Saudáveis: Saúde, Ambiente e Desenvolvimento”. O objetivo era propiciar a realização de estudos colaborativos e transdisciplinares que pudessem resultar em tecnologias cabíveis de serem utilizadas no sistema de saúde e/ou na gestão ambiental. Os nomes dos entrevistados são fictícios. Agradeço ao apoio incondicional do meu orientador Julio Cesar de Tavares e à ajuda profissional e sensível, além de essencial da minha revisora Livia Buxbaum.

² Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) na Universidade Federal Fluminense (UFF).

O atual trabalho tem como objetivo investigar as transformações socioespaciais da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM) no bairro Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, resultantes tanto dos preparativos para os Jogos Olímpicos em 2016 quanto das obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentro de um contexto mais amplo de grandes intervenções urbanas, como a construção de vias com corredores de ônibus expresso TransOlímpica, TransCarioca, TransOeste, e a implantação pelo poder público das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas comunidades anteriormente dominadas por poderes paralelos, com o objetivo de efetivar a chamada “Cidade Maravilhosa” como cidade “olímpica” e competitiva no cenário mundial.

Para tal investigação, busco compreender algumas questões que estão em jogo na implementação dessas políticas públicas, partindo da concepção do “morar”, do “residir” e de “direito à moradia”, com base na memória social local dos moradores da “comunidade” “Curicica 1”³, uma das sete comunidades localizadas no território da CJM. O foco é entender como essas identidades se reconhecem e se diferenciam no território através de suas histórias particulares com o poder público, de modo que o resgate do passado emerge como elemento fundamental na legitimação do direito à moradia. O enfoque é entender a perspectiva dos moradores que percebem as transformações urbanas e sociais com outro olhar.

As obras do PAC na Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá) por parte da prefeitura vêm acarretando mudanças consideráveis na concepção dos moradores de “Curicica 1”, principalmente, no que toca ao crescimento populacional e ao adensamento da região. Este contexto coloca em cena uma cidade multidimensional que se configura no choque de concepções divergentes, as quais são disputadas na dinâmica da própria metrópole. Assim para uma compreensão da história do território, é preciso tratá-lo como uma rede de processos complexos, sem isolar as humanidades existentes, onde identidade e cultura se expressam por intermédio de interações sociais, que demandam ser observadas na sua condição variável.

³ Curicica 1 – termo utilizado pelas instituições prefeitura e Fiocruz ao se referirem à localidade. As aspas se configuram como um questionamento a tal nomeação, pois um dos objetivos do presente trabalho é pensar sobre o sistema de poder e classificação nas relações e interações locais.

Sabe-se que a trajetória de “Curicica 1” foi marcada por uma “relação tutelar” entre o antigo “Conjunto Sanatorial de Curicica”, inaugurado em 25 de janeiro de 1952, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, e seus funcionários-moradores, que passou por mudanças radicais ao longo do processo de transformação do padrão da administração pública. A memória da gênese de “Curicica 1” é marcada pela a cessão, permissão de moradia, de parte do terreno da Unidade de Saúde realizada pelos diretores da instituição na época. Inicialmente, essa autorização foi direcionada aos operários que participaram da construção do hospital e que moravam longe do trabalho e, posteriormente, aos seus funcionários. “Muitos dos operários da construção se incorporaram ao quadro funcional da unidade. Outros se mantiveram trabalhando sem entrar para o quadro funcional.” (FIOCRUZ, 2010). Alguns filhos e netos desses primeiros moradores nos contam a história do surgimento da localidade da seguinte maneira:

Aí esse terreno aqui, ela [a avó] herdou prá cá porque morava, pessoal morava, que trabalhava no hospital de Curicica. Ela trabalhava... aí logo depois meu avô também... Eles foram fundadores desse hospital aí na época quando tava na obra. Eles trabalharam na fundação do hospital. Quando começaram a colocar as primeiras pedras no hospital aí, eles... eles [seus avós] entraram nessa época. Na fundação do hospital. CLÁUDIO (29 anos, Casado, 29 anos de tempo de moradia na comunidade, Trabalha, Ensino Médio Técnico Completo).

Meu pai trabalhava no Hospital de Curicica, ele trabalhou 37 anos, aposentou. Não, isso tudo aqui só tinha casa só ali na frente, isso aqui era tudo mato. Aqui tinha quatro mangueiras. Ai conversou com o diretor do hospital, não sei se era o Dr. Ge., para ver se podia fazer uma casa ali. E meu pai capinou e começou a fazer a casa dele. Ai os meus tio pediu pra fazer uma casa pra ele morar com a mulher, ai pediu pro diretor do hospital e ele disse: “pode mandar fazer”. Ai ele foi capinando e fazendo. RAQUEL (51 anos, Casada, 49 anos de tempo de moradia na comunidade, Trabalha, Ensino Fundamental Incompleto).

Esse terreno daqui é do Hospital de Curicica. Ele sempre foi. Mas agora é nosso que não adianta que ninguém toma mais. Começou assim com os funcionários de Curicica. O meu padraço ele entrou aqui na obra. Ele entrou na obra do Raphael. Ele começou na obra mesmo na construção do hospital. Depois ele ficou trabalhando na cozinha como auxiliar de serviços diversos e se tornou cozinheiro, entendeu? SOFIA (50 anos, Separada, 45 anos de tempo de moradia na comunidade, Desempregada, Ensino Médio Completo).

Como se observa nos depoimentos acima, o aparecimento de “Curicica 1” esteve diretamente relacionado com a construção do “Hospital de Curicica”. A partir de então, criou-se uma relação de cooperação entre a direção do hospital, permitindo que os trabalhadores construíssem suas casas no terreno do hospital, e os funcionários, que precisavam morar perto do conjunto de saúde, suprimindo a demanda de serviços do hospital. A moradora Tânia apresenta a sua versão sobre a doação do terreno e a relação com o hospital assim:

No nosso caso não foi porque o terreno foi doado para os funcionários antigos, não é? Teve essa coisa porque tinha que morar perto pra atender o Hospital; dava problema na máquina e tinha que estar lá; dava problema porque um maluco invadiu lá o Hospital e o guarda tinha que ir pra lá. Meu pai estava sempre lá, entendeu? Acordavam de madrugada, o cara que mexia com a máquina levantava e corria de madrugada para consertar. Tinha que estar por perto porque a condução era muito difícil. A pessoa não podia morar longe. Por isso que eles cederam para os funcionários esse terreno. Então o que acontece... Não tem líder! Nosso líder é o Hospital. Nosso diretor na época. (TÂNIA, 53 anos, separada, 51 a 60 anos de tempo de moradia na localidade, Pensionista, Ensino Médio Completo).

Com base nessa relação, os moradores de “Curicica 1” teceram de maneira particular uma concepção de “morar”, de “habitar” e “direito à moradia” pautada no trabalho, na qual foi se sedimentando ao longo das décadas. Essas interações, “relações sintáticas entre os atos de pessoas diferentes mutuamente presentes umas às outras” (GOFFMAN: 2011, p. 10), travadas diariamente pelos atores locais, podem ser compreendidas a partir do conceito de habitus de Bourdieu. Concebendo-o como “um conhecimento adquirido, e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o hábito, a hexis indica a disposição incorporada, quase postural uma ação pragmática” (BOURDIEU: 1989, p. 61), mas também indica um agente em ação.

Na mesma direção, por décadas, eles foram “tutelados” pela organização, que os provia serviços básicos (água, luz, etc). Essa convivência entre funcionários-moradores e gestores do hospital foi experimentada durante vários anos a partir de uma relação de dependência institucional, governamental. Depois de 40 anos, as casas dos funcionários-moradores deixaram de pertencer à área do atual Hospital Municipal Raphael de Paula Souza (HMRPS). Eles foram desassociados e enfrentaram o fim do “modelo tutelar”, passando a conviver em uma nova configuração público-privada. Se antes eram amparados pela direção do hospital, desse momento em diante, tornam-se apenas funcionários, ex-funcionários, “cidadãos” como os outros moradores do bairro Curicica que são apenas usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A relação passou de pessoa para indivíduo (DAMATTA, 1997), estabelecendo-se uma separação entre o limite do HMRPS e a, agora, “favela Curicica 1”. Nessa conjuntura, as casas dos moradores deixam de fazer parte da área do HMRPS e é construído um imaginário de que é “cada um por si”, na medida em que esses atores deixam de ser tutelados pelo poder público e se tornam “indivíduos”, “cidadãos”, “contribuintes”. Esta mudança organizacional chegou aos moradores, de forma surpreendente e sem nenhum aviso formal por parte da direção do “Hospital de Curicica”:

Quando vai um belo dia, eu e La, fomos lá [no Hospital de Curicica] ver o negócio do esgoto, um belo dia, que o esgoto tinha entupido, a gente foi lá pra descobrir, porque eles de lá do hospital, não mandavam alguém pra descobrir o que era, Aí chegamos lá responderam: ‘A gente ia lá, mas agora mudou, não funciona mais não, porque agora lá [referindo-se à “Curicica 1”] é favela. Ali é favela agora, o Hospital é só até o campo. E nós procuramos os documentos daqui da casa e não tinha não, não tinha mais, não. Tudo arquivo morto, e este arquivo morto há pouco tempo foi incendiado. Foi incendiado tudo da gente, da gente que eu digo, é da época. Foi tudo destruído ali (FIOCRUZ: 2010, p. 110-111).

Ancorado neste novo contexto, “Curicica 1” experimentou uma transformação do seu reconhecimento externo – a localidade, que tinha um estatuto de “comunidade” internamente, como um conjunto de pessoas que compartilham da mesma história particular, passou a ser considerada “favela” e, mais recentemente, “comunidade”, mas com a conotação das demais dada pelo poder público⁴, ou seja, Área de Especial Interesse Social (AEIS) que necessita de investimentos públicos. A relação com os demais moradores das redondezas pode ser remontada a partir da década de 1970, quando esta região experimentou uma série de “ocupações”, “invasões” que provocou o surgimento de algumas comunidades em volta do Parque Estadual da Pedra Branca, contíguo à “Curicica 1”. Eles também vivenciam as intervenções do “PAC – Colônia que vai atingir cerca de 25 mil moradores de sete comunidades que apresentam todos os problemas característicos das áreas de especial interesse social: pobreza, baixos índices educacionais, falta de infraestrutura e de serviços.”⁵ Atualmente, tendo parte das obras de urbanização da prefeitura concluída em alguns setores, e outras em andamento, já é possível perceber que tais investimentos têm projetado um processo de valorização da terra e especulação imobiliária no território, marcado por histórias de “ocupações” e “invasões”, e hoje comandado por grupos milicianos.

Em consonância com essa idealização arquitetônica e urbanística, um dos ditos “legados” do megaevento, segundo o poder municipal, é a construção da TransOlimpica, corredor viário com faixas para BRT (Bus Rapid Transit) com 23 km de extensão, que fará a ligação do bairro Recreio dos Bandeirantes à Deodoro (dois “clusters” olímpicos), atravessando o território da Colônia. Essa situação tem como consequência o crescimento populacional, reunindo pessoas de diversas partes e que não se conhecem. Além de provocar uma ruptura do tecido urbano e social em uma área de expansão imobiliária e fragilidade

⁴ Ibid.

⁵ Ibid., p. 110.

ambiental, situada na zona de amortecimento do Parque Estadual da Pedra Branca, considerada a maior floresta urbana do Brasil.

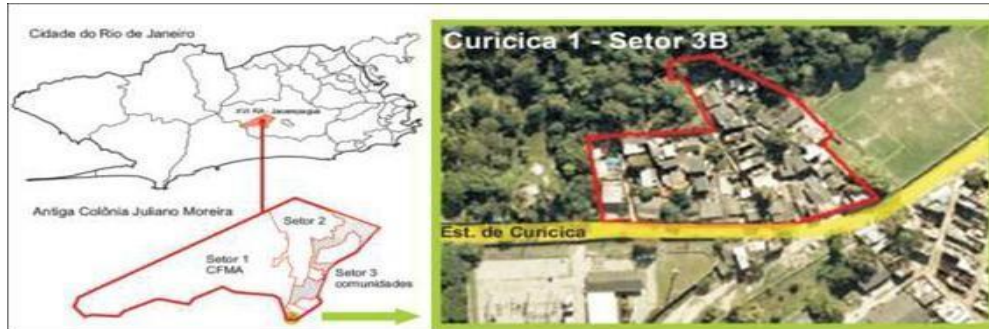


Figura 1: Localização de “Curicica 1” em relação à cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Estudo do PDCFMA sobre imagem do Google Earth e planta da cidade do Rio de Janeiro disponível no Armazém de Dados (IPP/PCRJ)



Figura2: Localização de “Curicica1” e seu entorno

Fonte: Estudo do PDCFMA sobre imagem do Google Earth

Contextualização do território

O território referido trata-se da antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), inaugurada em 1924, sob a direção de Rodrigues Caldas, com capacidade para atender 300 internos. Segundo o relatório “Levantamento das Famílias Moradoras do Campus de Jacarepaguá”, a CJM se caracterizava por ser “um macro - hospital público federal para doentes mentais crônicos, localizado em Jacarepaguá (Zona Oeste do RJ), que pertencia à Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAN) da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde (SNPES) do Ministério da Saúde” (ISER/FIOCRUZ: 2004, p.3).

A Colônia ocupava uma área total de 7.864.108,52 m², que correspondia à antiga Fazenda do Engenho Novo. Entre os séculos XVII e XX, essa fazenda produziu cana-de-açúcar, fubá e café, utilizando-se de mão de obra escrava (ANDRADE, 2010; POTENGY, HOPPE, 2012). Algumas edificações da época da Fazenda do Engenho Novo foram tombadas. “A sede da fazenda e a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, tombadas pelo INEPAC em 1990, são remanescentes do século 19. A igreja foi construída em 1862, por Dona Maria Teles Cosme dos Reis, filha de Catarina e Pascoal, sobre as fundações da antiga capela do século 17 (ANDRADE: 2010, p. 36).” As ruínas do aqueduto que conduzia água para a propriedade do engenho, conhecido como Aqueduto dos Psicopatas, parte final em estrutura de arcos, foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938. “A jazida arqueológica do aqueduto foi registrada em 1962 no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN”.⁶

A CJM foi um projeto público inovador de hospital-colônia baseado em dois pilares: a praxisterapia, trabalho agrícola como instrumento terapêutico, e a assistência heterofamiliar, na qual a instituição concederia casas funcionais para alguns de seus funcionários a fim de que eles proporcionassem aos pacientes um convívio familiar (POTENGY; HOPPE, 2012).

A CJM, por um lado, foi responsável formalmente por construir as casas de alguns núcleos habitacionais, como a área dos Lordes, e, por outro, informalmente, "permitiu" ou tolerou a ocupação/construção de outras áreas, como as “comunidades” Caminho da Cachoeira e Fincão a partir dos anos 1960. Todavia, em seguida, novas casas foram surgindo do parcelamento dos lotes e/ou da ocupação de outras áreas. Em 1944, devido ao alto número de casos de tuberculose registrados entre os pacientes, o governo federal criou o pavilhão de

⁶ Ibid.

tisiologia Nossa Senhora dos Remédios (PNSR). Em 1952, foi inaugurado o Conjunto Sanatorial de Curicica, durante a gestão de Raphael de Paula Souza, à frente do Serviço Nacional da Tuberculose (SNT).

Em 1973, quando o modelo assistencial era mais aceito, o conjunto chegou a abrigar 5.200 pacientes em 15 núcleos. Porém, de acordo com o relatório do ISER/Fiocruz, entre 1973 e 1988 houve uma gradual desativação dos núcleos por causa da redução do número de internos e pela diminuição de novas internações. (ISER/FIOCRUZ, 2004). No começo dos anos de 1980, depois de atravessar por um longo processo de sucateamento e deterioração, a CJM inicia uma mudança no seu modelo assistencial em conformidade com a Reforma Psiquiátrica, que já vinha acontecendo em diversos países. Dessa forma, aboliram-se as lobotomias, o eletrochoque, os abusos neurolépticos, e novas internações de longos períodos não foram mais aceitas. Segundo Potengy e Hoppe (2012), o Movimento Antimanicomial ajudou, ainda, a esvaziar os pavilhões, criando novos dispositivos terapêuticos como centros de atendimento e residências terapêuticas (POTENGY; HOPPE, 2012). Na outra ponta, no mesmo território da CJM, na década de 1990, ocorreram “ocupações” em massa que avançaram sobre as regiões fronteiriças da antiga CJM e que foram denominadas de: Antiga Creche, Área Verde, Dois Irmãos, Entre Rios, Vila Arco-Íris e Vale do Ipê.⁷

Em 1996, iniciou-se o processo de municipalização da Colônia e diversos estudos foram realizados buscando integrá-la à malha urbana da cidade. Este processo culminou na divisão da CJM, no ano de 2000, em seis grandes setores. A área correspondente ao Setor 1 – com aproximadamente cinco mil hectares – foi concedida à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Setor 2, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Saúde (SMS), o Setor 3, 3A e 3B, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Habitação (SMH), o Setor 4 e 4A, ao Agente Imobiliário (antiga propriedade do Ministério do Exército), o Setor 5 - Hospital Raphael de Paula Souza -, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMS, e o Setor 6 - Centro de Referência Prof. Hélio Fraga (CRPHF) -, à ENSP/Fiocruz. (Ver figura abaixo)

⁷ Ibid.

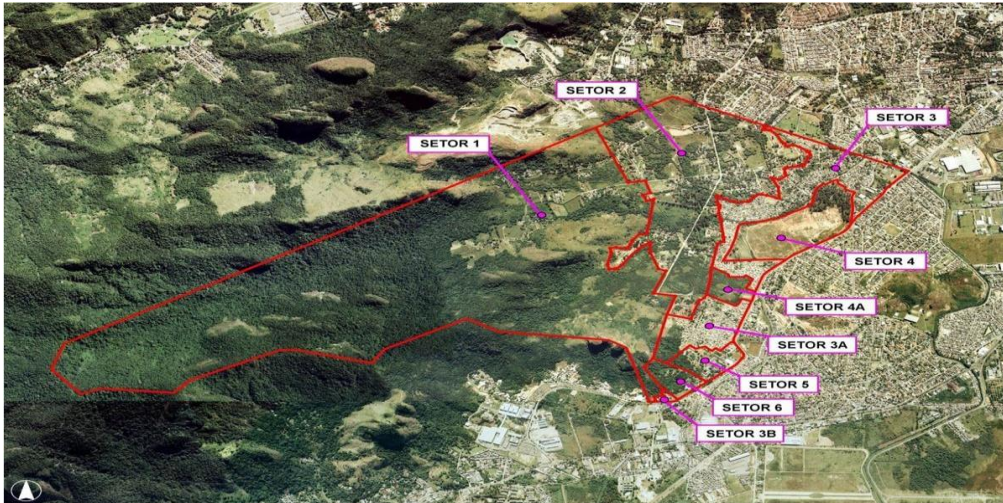


Figura 3: Divisão territorial da antiga Colônia Juliano Moreira

Fonte: Estudo do PDCFMA⁸ sobre imagem do Google Earth.

Ao travar um diálogo intenso com parte dos moradores, foi possível perceber que eles concebem o crescimento da população e o adensamento da região como sendo prejudicial à “paz da comunidade”, em função da chegada de pessoas desconhecidas e diferentes das demais que se encontram ali, grande parte, por décadas. O relacionamento de alteridade com os “outros” faz parte do processo histórico e da memória desses moradores, o que permitiu que eles reafirmassem suas especificidades identitárias e regionais e construíssem uma visão particular sobre a “ocupação”, a “invasão” e a “associação”.

Porque você sabe..., quando começam essas invasões... nós não temos preconceito com ninguém, porque a pessoa não tem culpa de ser pobre, mas a gente sabe que quando chega essa coisa de invasão, principalmente quando se trata de uma subidinha que se chama morro, porque aqui atrás tem uns morros... Então começa a vir pessoas de tudo quanto é tipo de formação, de educação, aí mistura muito, fica muito ruim a situação. A gente vê por esse pessoal que mora nesses morros aí, pessoas decentes que sofrem com aqueles que não têm muita decência também. (FERNANDA, 61 anos, casada, 31 a 40 anos de tempo de moradia na localidade, dona de casa, Ensino Médio Completo).

⁸ O Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA) localiza-se na área da antiga Colônia Juliano Moreira, situada no bairro de Jacarepaguá, um dos dez bairros da XVI RA – Jacarepaguá, da cidade do Rio de Janeiro. A área, de aproximadamente 500 ha, está parcialmente cercada por assentamentos urbanos irregulares, resultantes do processo de expansão urbana que vem se acentuando na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro desde os anos 1970. O PDCFMA, composto por um conjunto de profissionais e pesquisadores de formações distintas, entre outras, desenvolve ações destinadas à construção de territórios saudáveis, uma das estratégias orientadoras da intersectorialidade na Saúde Pública, que tem como um dos seus objetivos realizar diagnósticos das condições de salubridade e vulnerabilidade das moradias do próprio campus e do seu entorno, bem como da qualidade de vida e de saúde dos moradores.

Eu sempre falo que aqui é um lugar bom de morar. A maioria que mora aqui era funcionário, entende? Ai depois o pessoal foi crescendo, o pessoal foi fazendo casa, alugando, uns compraram, que isso aqui não podia vender, é federal. Mas o pessoal estava vendendo. (RAQUEL, 51 anos, casada, 49 anos de tempo de moradia na localidade, trabalha, Ensino Fundamental Incompleto).

Porque é tudo invasão. Tudo quanto é comunidade aqui de Jacarepaguá é tudo invasão. Tem Associação porque tem invasão, tem um líder. O líder que comanda a invasão. Então ele continua comandando a Associação. Tem outras pessoas que estão comandando a Associação, mas que são pagas por ele, pelo líder. Aqui não. Nós não invadimos nada, continuamos aqui. Quem é que vai liderar um lugar que nós não invadimos? Não tem. Porque se você procurar ver, a maioria das invasões é a maioria que tem Associação. Onde não tem invasão, não tem Associação. Você vai comprar um terreno direitinho aí, ou é condomínio ou você não tem ninguém liderando... (TÂNIA, 53 anos, separada, 51 a 60 anos de tempo de moradia na localidade, pensionista, Ensino Médio Completo).

Como se vê nos depoimentos das três moradoras, as relações de vizinhança, tanto internamente quanto externamente, são marcadas por referentes relacionais e experienciais, o que compreendo como um atributo do próprio território, considerando que o mesmo se define no conjunto de relações histórico-sociais e no espaço material. Segundo Haesbaert (2011), por ser relacional, o território também apresenta um movimento, uma fluidez, com suas interconexões expressando temporalidade. A experiência da relação com o “Hospital de Curicica” é evidenciada quando se discute o relacionamento com os demais moradores do bairro Curicica e, ainda, na relação entre os moradores mais antigos e os mais novos no interior de “Curicica 1”, destacando-se um passado em que os chefes de família eram funcionários do hospital. Esse foi um marco fundamental na história da localidade.

Além disso, as relações de parentesco estão fortemente conectadas tanto na origem da organização social quanto na configuração espacial da localidade. Os vínculos de consanguinidade, casamento ou adoção à estrutura física se expressam por meio dessas ligações. Os laços de solidariedade se revelam pelas relações de compadrio que foram desenvolvidas a partir de trocas comunitárias e ajudas mútuas, como, por exemplo, no mutirão para construção da fossa comunitária. Tais redes também se expressam na identidade compartilhada dos fundadores, todos trabalhadores do “Hospital de Curicica” (FIOCRUZ, 2010). Nesse contexto, a categoria “parente” emerge para distinguir o grupo mais antigo dos mais novos, no mesmo sentido dado por Elias & Scotson (2000) entre os “estabelecidos” e os “outsiders”. (FIOCRUZ: 2010).

Agora, depois que surgiu essa comunidade aqui (Em frente à “Curicica 1”), muita gente estranha, muita cabeça virada, não dá pra ter uma, assim dizer, vou participar, sem uma amizade, não dá, não dá não. Mudou muito, você não tem, é assim, cada um vive sua vida dentro daquilo, e eu não me entro muito não, não sou muito

chegada a isso não. (SARA, 52 anos, separada, 52 anos de tempo de moradia, trabalha, Ensino Médio completo).

Ai, eles (os moradores mais novos) não mexem contigo, porque você é antigo no lugar, eles não mexem com você, mas tem que ficar de olho. Muito garoto que acha que é bambambam e quer desrespeitar você. (JOÃO, 53 anos, separado, trabalha, Ensino Médio Completo).

Você primeiro não gosta porque acaba com o teu espaço livre (Sobre as “invasões”). Depois você começa a conviver e aprende a respeitar também as pessoas, né? Vê que ela tem necessidades e de um lugar também. Nesse planeta tão rico e tão mal repartido que é o planeta terra. E você fica assim... você vê mudanças assim de estar mais próxima das pessoas e, ao mesmo tempo, de fazer tão pouco por elas ou quase nada, né? O pouquinho que você faz, tu acha que é muito e quando você vai ver, não é nada. As mudanças pra mim, eu vou ser sincera, de início me chocaram, mas depois eu passei a aceitar, a conviver. Você vai trabalhando a você mesmo também. Se está, é porque tem necessidade. Eu não estou aqui à toa. Eu não estou nesse lugar aqui à toa também. Na Curicica tal, no Rio de Janeiro, no Brasil tal, eu estou aqui. Então eu vou ter que aceitar isso aí. E conviver com isso. Mas que as mudanças também foram radicais e me chocaram muito, foi. Depois eu fui me trabalhando. O que teve de melhora. (SOFIA, 50 anos, separada, 45 anos de tempo de moradia, desempregada, Ensino Médio completo).

Veena Das (1999) traz uma contribuição criativa e relevante sobre o papel do tempo nas relações humanas. Segundo a autora, o tempo é um agente que age, trabalha, abrindo novas possibilidades para que as relações existentes possam ser reinterpretadas, reescritas no embate entre vários autores que buscam a autoria das histórias nas quais coletividades são criadas e recriadas.

De outra forma, a abordagem dos estudos urbanos fornece ferramentas valiosas sobre a compreensão das relações interpessoais e construções de identidade que fazem a cidade. Considera-se que “a cidade multiplica os encontros de indivíduos que trazem consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais ou suas redes de relações familiares ou extrafamiliares” (AGIER: 2001, p. 9). Portanto, o processo identitário na contemporaneidade, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma de encontros, conflitos, alianças, etc.) e atravessado por afirmações de alteridade, transforma a cultura e constrói a “problemática da cultura”⁹. É na cidade, sobretudo, onde são desenvolvidos os relacionamentos entre identidades e a dimensão relacional da identidade, os quais “trabalham”, alterando ou modificando, os referentes dos pertencimentos originais (étnicos, regionais, faccionais, etc.). Nesse jogo, os conflitos e as acusações se dirigem ao “outro” que é o estranho, o desconhecido, o não “parente”, ou seja, aquele que veio de fora e que não

⁹ Essa expressão indica a polissemia conceitual e discursiva da cultura.

compartilha da mesma história, tanto aqueles que vêm morar de aluguel no interior da localidade quanto os “invasores” das localidades vizinhas.

A implantação do PAC vem reiterar a identidade desses moradores como sendo diferente das demais, já que os mesmos teceram de maneira específica um entendimento de “direito à moradia” engendrada na relação com o “Hospital de Curicica” na situação da época. Não se trata de um direito universal, mas de um direito próprio que se legitima devido ao trabalho exercido na unidade de saúde. Estas novas formas de políticas públicas inserem uma dinâmica na história de vida desses “cidadãos” e “moradores” que se relacionam à memória, à produção da ordem, à construção de um bairro que se adéqua a um modelo específico de cidade articulado entre poder público e setores empresariais sem a participação efetiva dos moradores.

Nesta mudança, não devemos abandonar a relação entre cultura local e cultura global, como nos aponta Bhabha (2008), ou seja, “não se pode tender ao universalismo e excluir o local, como também não se pode tender ao localismo, abstraindo deste o universal, dado que tanto um como outro existem simultaneamente num mesmo tempo e espaço.” O local da cultura está nesse espaço geo-histórico fluído e heterogêneo. E, apesar da existência de “um processo de homogeneização globalizante que faz aflorar diferenças e integrações, esse processo não anula a cultura local, o regional; em outras palavras, seria como dizer que ‘viver em uma cidade não implica dissolver-se na massa e no anonimato’.” (CANCLINI: 2008, p. 286). A questão é que existe um paradoxo da globalização contemporânea, ou seja, “o fato de que, culturalmente, as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si (um tipo de americanização da cultura global, por exemplo). Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das diferenças.” (HALL¹⁰, 1997 apud HALL, 2003). Nesse sentido, “o eixo ‘vertical’ do poder cultural, econômico e tecnológico” é influenciado e beneficiado pelas conexões laterais existentes, as quais produzem a possibilidade de muitas diferenças “locais” que não podem ser desconsideradas pelo poder “global-vertical”.¹¹

¹⁰ HALL, Stuart. The local and the global. In: King, A. D. (Ed.). Culture, Globalization and the world system. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

¹¹ Ibid.

As mudanças locais estão conectadas às alterações no modelo de assistência e de hospital do nível municipal ao nacional, passando pelo internacional. Assim, por exemplo, a administração do Hospital passou da gestão federal (Ministério da Saúde) para a gestão municipal (Secretaria Municipal de Saúde) seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) instituído pela Constituição Federal de 1988.

Neste cenário social, é interessante perceber como a memória da relação com o “Hospital de Curicica” atua no presente dos moradores, considerando que ela é trabalhada e acionada nas relações estabelecidas com os novos atores na atualidade, como a Fiocruz, a Prefeitura e os outros moradores locais.

Os depoimentos acima revelam uma memória e uma representação dos habitantes da localidade “Curicica I” sobre a questão da relação com os “outros”. Essa memória se apoia nas experiências de “morar”, “residir”, “habitar” dos narradores, marcadas pelas emoções sentidas ao longo de suas trajetórias. Entretanto, tal memória “não deixa de ser uma construção bastante ideológica e institucional, distinta das memórias pessoais nas quais se baseia.” (PORTELLI: 2006, p. 126-127). Essa é a perspectiva que Pollak propõe quando diz “que mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (POLLAK: 1989, p.14).

As narrativas demonstram uma construção de concepção pautada não apenas pela experiência individual, mas sim, coletiva, evidenciadas pelos pronomes “nós” e “nosso”. A memória social foi trabalhada e reorganizada após as “invasões”, estando, portanto, inserida na organização social. Portelli (2006), discorrendo sobre a memória, nos atenta que a elaboração desta e, ainda, o ato de lembrar são sempre individuais: são as pessoas que lembram e não os grupos. Um dos objetivos deste trabalho é pensar essas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), “memórias divididas” (PORTELLI, 2006) de grupos marginalizados na constituição de suas identidades e que se contrapõem a uma memória oficial. Uma memória ideológica e institucional pautada no trabalho. A lembrança da origem e trajetória é um ato político que se insere no jogo dos projetos de transformação da localidade trazido por novos atores, como a Prefeitura e a Fiocruz.

Vale destacar que essas identidades não são reconhecidas positivamente em função da maneira pela qual se opera a sociedade, que é atravessada, por exemplo, por sistemas de poder e dominação. À vista disso, cabe aqui dialogar com as questões tratadas por Fanon (2008), como as subjetividades que são golpeadas duramente e cotidianamente, por exemplo, pelo racismo. Trata-se de identidades que vivem num mundo de não reconhecimento pelo poder hegemônico e por um processo de (in)visibilidade em relação ao “outro”. Além disso, compreendendo esta memória a partir da perspectiva construtivista, seguindo os caminhos de Pollak, busco analisar como os fatos sociais estão se tornando coisas (POLLAK, 1989). O foco agora está nos processos e atores que trabalham na construção e na formalização das “memórias subterrâneas” dos excluídos que se contrapõem à “memória oficial”.

Dessa forma, o passado expressado pela memória social do grupo de moradores de “Curicica 1” reivindica uma noção histórica nas relações entre os atores sociais. Assim, ao não aceitarem serem classificados como “comunidade”, “favela”, eles estão dizendo que não compartilham a mesma origem e história das outras “localidades”. E por serem diferentes, gostariam de ser tratados como tal. Sendo assim, as políticas públicas levadas a cabo pelas instituições públicas deveriam dialogar e respeitar as memórias locais, as diferenças locais e a história tecida de maneira particular por cada localidade. Entretanto, o que se observa são intervenções que pouco dialogam com os atores locais e que se destinam à construção de um projeto de cidade que se destaca pelo afastamento do saber local em detrimento de uma marca global.

Referências:

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. *Mana*, 7(2): 7-33, 2001.

ANDRADE, Inês El-Jaick. Ruínas do Antigo Engenho Novo no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas da Colônia Juliano Moreira: pesquisa histórica e iconográfica. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, v. 13, p. 35-54, 2010.

BHABHA, Homi K. **Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Colônia Juliano Moreira: ações conclusivas do processo de municipalização e redefinição de área: Relatório final. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Rezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2008.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: RBCS, v.14, n.40, junho, p. 31-42, 1999. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=196:rbc-40&catid=69:rbc&Itemid=399. Acesso em: 15 janeiro 2014.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIOCRUZ. Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (PDCFMA). Relatório Final – Uma proposta de habitat saudável em comunidade vizinha ao Campus Fiocruz da Mata Atlântica: geração de Metodologias e intervenção social para a melhoria do ambiente construído. Rio de Janeiro, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

HALL, Stuart. **A questão multicultural**. In: _____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **The local and the global**. In: KING, A. D. (Ed.). *Culture, Globalization and the world system*. Minneapolis University of Minnesota Press, 1997.

ISER/FIOCRUZ. Relatório Final - **Levantamento das Famílias Moradoras do Campus de Jacarepaguá**. Parte I e II. Rio de Janeiro, 2004.

MACIEL, Laurinda Rosa; VENANCIO, Ana Teresa; ZELLI, Bruno Dallacort; MONNERAT, Silvia. História Oral dos Moradores do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios da Colônia Juliano Moreira. XIII Encontro de História. ANPUH – Rio de Janeiro. 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 5 n.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, 8ª ed., p. 103-130.

POTENGY, Gisélia; HOPPE, Sigrid. Identidade e apropriações do espaço no bairro Colônia. 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. RBA. São Paulo, 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. PAC da Colônia Juliano Moreira (Jacarepaguá). Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?id=159876>. Acesso em: 14 janeiro 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL. Hospital Municipal Raphael de Paula Souza. Divisão de Apoio Didático e Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sms.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/sys/reader/htm/preindexview.htm?editionsectionid=164>. Acesso em: 14 de Julho de 2009.